



Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000

JUCURUTU / RN

CEP: 59.330-000

Data: 02/03/2026



Pasta / Processo: 043 - PROC. 043-2026 - AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O "8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS", PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS.

Código: Documento:

116713 1 - DFD - Curso - Floripa

116714 1.1 - Solicitação - Iprevi

116715 2 - Solicitação de Aprovação de Abertura - Proc. 043-2026

116716 3 - Aprovação da Demanda - Proc. 043-2026

116717 3.1 PORTARIA Nº 133, DE 14 DE JANEIRO DE 2025 - ELABORAÇÃO DE EDITAIS

116718 3.2 PORTARIA Nº 458, 17 DE OUTUBRO DE 2025, EQUIPE DE PLANEJAMENTO

116719 3.3 PORTARIA Nº 137, DE 14 DE JANEIRO DE 2025 - AGENTE DE CONTRATAÇÃO

116720 4 - Encaminhamento Planejamento - Proc. 43-2026

116721 5 - APRESENTAÇÃO ETP PROC 043-2026

116880 6 - ETP 043-2025

116723 7 - Apresentação TR - Proc. 043-2026

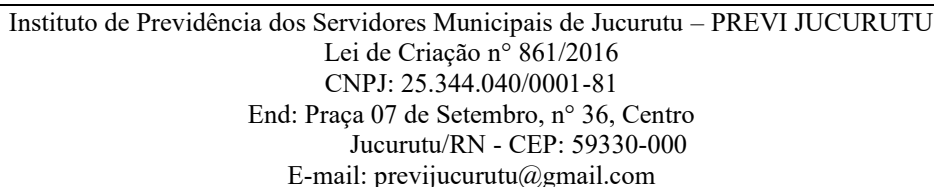
116724 8 - TR PROC. 043-2026

116725 9- Apresentação Pesquisa - Proc. 043-2026

116726 10 - Relatório Pesquisa de Mercado - Proc. 043-2026

116727 10.1 - RELATÓRIO

116728 11 - DESP - APROVAÇÃO TR e PEDIDO DE DOTAÇÃO - PROC. 043-2026

**UNIDADE REQUISITANTE:**

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU

AGENTE RESPONSÁVEL:**MATRÍCULA:**

000115-1

E-MAIL:

previjucurutu@gmail.com

TELEPHONE:

(84) 9.9993-6441

AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS.

II – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O PREVI JUCURUTU integra o conjunto de regimes próprios de previdência social do Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável pelo processamento e concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões requeridas pelos seus beneficiários.

Nesse cenário, para garantir a boa gerência dos recursos previdenciários, mostra-se relevante a permanente atualização e formação, buscando o aprimoramento das alternativas de gestão.

Diante da necessidade de constante atualização e qualificação dos agentes públicos que atuam junto ao PREVI JUCURUTU, especialmente os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, mostra-se pertinente a participação em cursos de qualificação, especialmente com ênfase em RPPS e gestão pública.

Nesse contexto, requer a instauração de processo destinado à aquisição de 03 (três) inscrições para o “8º Congresso Brasileiro de Investimentos”, promovido pela ABIPEM, nos dias 04 a 06 de março de 2026, no Município de Florianópolis/SC, conforme folder de divulgação e programação anexos.


Esse congresso permitirá uma melhor qualificação no que diz respeito aos investimentos realizados pelo RPPS; além de possibilitar a troca de experiências com outros gestores e conselheiros dos demais regimes próprios de previdência.

Importante registrar, neste instante, que a ABIPEM é instituição de notório conhecimento no âmbito previdenciário, promovendo eventos de destaque a nível nacional, sempre prezando pela qualidade técnica e boa organização dos eventos.

III – CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Não há no Município o Plano de Contratações Anual diante do fato de que tal exigência é recente, que dependerá de regulamentação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela Administração, por prazo determinado, com base no que preconiza a Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021.



 PREVI JUCURUTU	<p>Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU Lei de Criação nº 861/2016 CNPJ: 25.344.040/0001-81 End: Praça 07 de Setembro, nº 36, Centro Jucurutu/RN - CEP: 59330-000 E-mail: previjucurutu@gmail.com</p>
---	---

IV – CONTRATAÇÃO VIGENTE

Não há contratação vigente.

V – GRAU DE PRIORIDADE

Alta: considerando a data de realização do evento, mostra-se relevante a rápida tramitação do procedimento de contratação.

VI – PRAZO PREVISTO PARA A CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade dessa autarquia previdenciária, conforme já devidamente exposto, a contratação será realizada logo após a conclusão do processo destinado à contratação.

VII – QUANTIDADE A SER CONTRATADA e ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O levantamento da demanda foi motivado e estimado pela necessidade descrita na justificativa, conforme tabela em anexo.


VIII – INFORMAÇÃO ACERCA DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Disponibilidade orçamentária será indicada após o estudo técnico preliminar, no Termo de referência, conforme a fase inicial do planejamento da contratação se estrutura.

Jucurutu/ RN, 11 de fevereiro de 2026.

Maria da Paz de Araújo
Presidente do PREVI JUCURUTU
(assinado digitalmente)



 PREVI JUCURUTU	<p>Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU Lei de Criação nº 861/2016 CNPJ: 25.344.040/0001-81 End: Praça 07 de Setembro, nº 36, Centro Jucurutu/RN - CEP: 59330-000 E-mail: previjucurutu@gmail.com</p>
---	---

ANEXO I - QUANTIDADE A SER CONTRATADA COM SEUS VALORES ESTIMADOS

Nº	Descrição do Item	Unid	Quant	V Unit (R\$)	V Total (R\$)
1	Aquisição de inscrições para o “8º Congresso Brasileiro de Investimentos”, promovido pela ABIPEM, nos dias 04 a 06 de março de 2026, no Município de Florianópolis/SC, conforme folder de divulgação e programação anexos.	Unid	03	1.235,00	3.705,00
	Total Estimado				3.705,00

*Inscrição de RPPS não Associados - 5% de desconto no valor das inscrições para Instituições com 03 (três) ou mais inscritos, **POR LOTE**.

Jucurutu/ RN, 11 de fevereiro de 2026.

Maria da Paz de Araújo
Presidente do PREVI JUCURUTU
(assinado digitalmente)

Documento assinado eletronicamente por: - MARIA DA PAZ DE ARAÚJO, Documento assinado eletronicamente. Para verificar autenticidade acesse: <https://pmjucurutu.prosipe.com/assinaexato-api/documentos> e informar o código 116713-2172a9cc-330e-403e-8a3e-ae143988476





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116713-2f72a9cc-330e-403e-8a3e-aee14d988476

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasilia timezone)

✓ MARIA DA PAZ DE ARAÚJO (CPF: 762.***.***-53), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

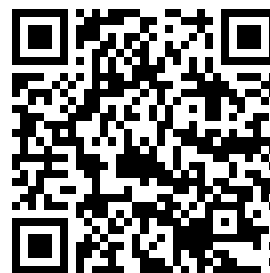
Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116713_2f72a9cc-330e-403e-8a3e-aee14d988476_assinado.pdf





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116714-5cc33468-9145-42d8-9f47-f157052a6d4e

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasilia timezone)

✓ MARIA DA PAZ DE ARAÚJO (CPF: 762.***.***-53), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116714_5cc33468-9145-42d8-9f47-f157052a6d4e_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo nº 043/2026

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU.

Assunto: Aprovação para abertura de processo de contratação

Exmº Sr Prefeito Municipal

Vimos através do presente, solicitar de V. Exª a aprovação para abertura de processo de contratação visando a **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS**, bem como a designação dos agentes públicos que atuarão durante o trâmite processual.

Atenciosamente,

Jucurutu/ RN, 11 de fevereiro de 2026.

João Marcos de Medeiros Brito
Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras
(assinado digitalmente)





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116715-1a0ee1b5-c800-4226-b1e6-3a2470e6da2f

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO (CPF: 702.***.***-76), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116715_1a0ee1b5-c800-4226-b1e6-3a2470e6da2f_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo nº 043/2026

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU.

APROVAÇÃO DE DEMANDA

APROVO a abertura de procedimento de planejamento de contratação visando a **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS**, ao tempo em que **DESIGNO** os servidores que atuarão no processo de planejamento da contratação, conforme portaria em anexo.

Jucurutu/ RN, 11 de fevereiro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA

Prefeito Municipal

(assinado digitalmente)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 133, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

PORTARIA Nº 133, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para a elaboração e subscrição dos editais do Município de Jucurutu/ RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso ii, da lei orgânica do município e conforme as disposições da lei federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora abaixo relacionada para a elaboração e subscrição dos editais de licitação **do Município de Jucurutu/ RN**:

Aldimária Domingos da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 068/2024, e todas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2025.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, 14 de janeiro de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:0ABF45EE

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 15/01/2025. Edição 3455
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 458, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.

PORTARIA Nº 458, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação da equipe de planejamento das contratações do município de Jucurutu/ RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, no uso de suas atribuições legais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso ii, da lei orgânica do município e conforme as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, de 01/04/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a **Equipe de Planejamento das Contratações do Município de Jucurutu/ RN**:

Clenilson Bezerra da Silva, para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar/ Mapa e Alocação de Riscos;

João Marcos de Medeiros Brito, para a elaboração do Termo de Referência;

Gisele Viana Pereira de Medeiros, para a elaboração da Pesquisa de Preços.

Parágrafo único - São atribuições da Equipe de Planejamento da Contratação as dispostas nos Decretos Municipais:

a) Decreto nº 1.415/2024 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - **ETP**, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito do Município de Jucurutu/ RN;

b) Decreto nº 1.416/2024 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - **TR**, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito do Município de Jucurutu/ RN;

Decreto nº 1.410/2024 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de **pesquisa de preços** para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Município de Jucurutu/ RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 294/2025, e todas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 17 de outubro de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:4127C039

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 20/10/2025. Edição 3649
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 137, DE 14 DE JANEIRO DE 2025

PORTARIA Nº 137, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio e da comissão de contratação

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, no uso de suas atribuições legais, conforme as disposições da lei federal nº 14.133/2021, de 01/04/2021, e o decreto municipal nº 1.412, 15 de março de 2024, que estabelecem as atribuições e demais disposições das funções do agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação.

RESOLVE

Art. 1º Fica(m) nomeado(s) para atuar(em) como **Agente de Contratação**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 o(s) seguinte(s) servidor(es):

Janat Érika Fernandes de Medeiros;

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será o(a) servidor(a) **Janat Érika Fernandes de Medeiros** designada como **Pregoeira** do Município.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem a **Equipe de Apoio**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, os seguintes servidores:

Alexsandro Emanuel Belarmino Pereira;
Joyce Raymizam Gomes dos Santos.

Art. 3º Ficam nomeados para comporem a **Comissão de Contratação** nos termos da Lei nº 14.133/2021, os seguintes servidores:

Janat Érika Fernandes de Medeiros;
Joyce Raymizam Gomes dos Santos;
Valdinez Vieira da Silva.

Art. 4º As atribuições dos servidores acima nomeados e demais disposições inerentes às funções, são as estabelecidas no **Decreto Municipal nº 1.412, 15 de março de 2024.**

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a portaria nº 067/2024 e todas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2025.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, 14 de janeiro de 2025.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:4C7B528E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado
do Rio Grande do Norte no dia 15/01/2025. Edição 3455
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>



MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo nº 043/2026

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS.

CONSIDERANDO, a **APROVAÇÃO DE DEMANDA** pelo Exmº Sr. Prefeito Municipal;

Encaminhamos o presente processo para a Equipe de Planejamento da Contratação - EPC que deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. A equipe poderá ser requisitada para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

Jucurutu/ RN, 11 de fevereiro de 2026.

João Marcos de Medeiros Brito
Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras
(assinado digitalmente)





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116720-39f7f744-36b6-4b09-8bfd-71ac7033551c

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO (CPF: 702.***.***-76), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116720_39f7f744-36b6-4b09-8bfd-71ac7033551c_assinado.pdf





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116721-95308b5a-0345-42f5-9d90-63bd24064601

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasilia timezone)

✓ CLENILSON BEZERRA DA SILVA (CPF: 132.***.***-06), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116721_95308b5a-0345-42f5-9d90-63bd24064601_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo MJ/ RN nº 043/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade de **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS.**

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 O PREVI JUCURUTU integra o conjunto de regimes próprios de previdência social do Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável pelo processamento e concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões requeridas pelos seus beneficiários.

Nesse cenário, para garantir a boa gerência dos recursos previdenciários, mostra-se relevante a permanente atualização e formação, buscando o aprimoramento das alternativas de gestão.

1.2 Diante da necessidade de constante atualização e qualificação dos agentes públicos que atuam junto ao PREVI JUCURUTU, especialmente os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, mostra-se pertinente a participação em cursos de qualificação, especialmente com ênfase em RPPS e gestão pública.

1.3 Nesse contexto, requer a instauração de processo destinado à aquisição de 03 (três) inscrições para o “8º Congresso Brasileiro de Investimentos”, promovido pela ABIPEM, nos dias 04 a 06 de março de 2026, no Município de Florianópolis/SC, conforme folder de divulgação e programação anexos ao DFD.

1.4 Esse congresso permitirá uma melhor qualificação no que diz respeito aos investimentos realizados pelo RPPS; além de possibilitar a troca de experiências com outros gestores e conselheiros dos demais regimes próprios de previdência.

1.5 Importante registrar, neste instante, que a ABIPEM é instituição de notório conhecimento no âmbito previdenciário, promovendo eventos de destaque a nível nacional, sempre prezando pela qualidade técnica e boa organização dos eventos.

2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 O objeto estudado não está previsto no Plano de Contratação Anual em razão do instrumento encontrar-se em processo de estudos para a devida implantação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela Administração, com base no que preconiza a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Não é admitida a subcontratação do objeto ou a atuação de empresa distinta daquela que tenham justificado a inexigibilidade.

3.2 A empresa prestadora deverá cumprir com as solicitações do **Instituto de Previdência**





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU acerca dos serviços prestados, seguindo especificações importantes para o cumprimento total do serviço, sendo eles:

3.2.1 Na execução do contrato, empenhará a CONTRATADA todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados;

3.2.2 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito do CONTRATANTE;

3.2.3 Produção de Nota Fiscal em consonância com o empenho e execução;

3.2.4 Executar os serviços dentro dos prazos estipulados pelo instrumento editalício e de acordo com as suas especificações;

3.3 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista, são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme, a ser disciplinado no processo;

3.4 O curso deverá aprimorar os procedimentos teóricos e operacionais quanto à área de atuação dos agentes públicos;

3.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração

3.6 Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990.

4 - ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU
RESPONSÁVEL	Maria da Paz de Araújo

5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1 A quantidade de inscrições abrange a quantidade de servidores que irão participar da capacitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	Aquisição de inscrições para o “8º Congresso Brasileiro de Investimentos”, promovido pela ABIPEM, nos dias 04 a 06 de março de 2026, no Município de Florianópolis/SC, conforme folder de divulgação e programação anexos.	Unid	03

6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 A melhor solução é a contratação direta da inscrição no curso oferecido pela **ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS - ABIPEM**, inscrita no CNPJ: 29.184.280/0001-17, promotora oficial do evento, em razão da notória especialização e da inviabilidade de competição, o que caracteriza a hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

6.2 Esse entendimento encontra respaldo em precedentes do Tribunal de Contas da União (Decisão nº 439/1998-Plenário; Acórdão nº 1.915/2003-Plenário; Acórdão nº 1.397/2022-





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

Plenário), que reconhece a inexigibilidade em contratações de cursos e eventos com conteúdo, docentes e metodologia exclusivos. Conforme amparo legal:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

7 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1 O custo da contratação será de três (03) inscrições ficando no valor total de **R\$ 3.705,00** (três mil setecentos e cinco reais), (anexo do DFD).

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 Diante da solução identificada para atendimento da necessidade administrativa, verifica-se a inviabilidade de competição, sendo cabível a **inexigibilidade de licitação**, nos termos do **art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021**, para fins de inscrição de servidores no 8º Congresso Brasileiro de Investimentos, promovido pela ABIPEM, a realizar-se no período de 04 a 06 de março de 2026, na cidade de Florianópolis/SC.

8.2 O evento é promovido por entidade de reconhecida atuação nacional na área de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), consistindo em congresso técnico especializado voltado à capacitação de gestores públicos, dirigentes, conselheiros e servidores que atuam na área de investimentos, previdência e gestão de recursos públicos. Trata-se de evento singular, com programação específica, palestrantes convidados e conteúdo técnico direcionado à realidade dos RPPS e da gestão pública de investimentos.

8.3 Conforme tabela de valores divulgada pela organização do evento, as inscrições variam de acordo com a categoria da instituição participante, sendo fixados os seguintes valores.

- RPPS Associados à ABIPEM/ASSIMPASC: R\$ 1.100,00;
- RPPS Associados a Associações Parceiras ABIPEM: R\$ 1.200,00;
- RPPS não Associados: R\$ 1.300,00;
- Órgãos Públicos (exceto Instituições Financeiras) ou Entes que não possuem RPPS: R\$ 1.500,00

8.3.1. Política de Descontos:

- Instituições com 03 (três) ou mais inscritos, **POR LOTE**, receberão 5% de desconto no valor das inscrições.
- Inscrições realizadas separadamente, somente receberão o desconto a partir da terceira inscrição.

8.4 Os valores são previamente estabelecidos pela entidade organizadora, inexistindo possibilidade de competição ou comparação de propostas entre fornecedores distintos para o mesmo objeto.

8.5 A participação no congresso possibilitará a atualização técnica dos servidores quanto às melhores práticas em investimentos de recursos públicos, governança, conformidade normativa e gestão estratégica dos RPPS, contribuindo diretamente para o fortalecimento da gestão





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

previdenciária, mitigação de riscos, melhoria na tomada de decisão e incremento da eficiência administrativa.

8.6 Assim, resta caracterizada a hipótese de inexigibilidade de licitação para inscrição em curso ou evento de capacitação, tendo em vista a inviabilidade de competição e a natureza singular do evento, nos termos do art. 74, III, “f”, da Lei nº 14.133/2021, sendo a contratação compatível com o interesse público e devidamente justificada neste Estudo Técnico Preliminar.

9 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1 O serviço não pode ser adjudicado a outro, portanto não pode ser parcelado.

10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Com a participação dos servidores da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN no 8º Congresso Brasileiro de Investimentos, promovido pela ABIPEM, espera-se como principal resultado o aprimoramento técnico, estratégico e decisório dos agentes públicos que atuam na gestão de recursos previdenciários e na área de investimentos públicos. A capacitação contribuirá diretamente para a qualificação da atuação administrativa, especialmente no que se refere à análise de cenários econômicos, estratégias de alocação de ativos, gestão de riscos, governança e conformidade normativa aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), quando houver.

10.2 Como resultado adicional, almeja-se o fortalecimento da cultura de governança, controle e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, por meio do acesso a conteúdos técnicos atualizados, debates com especialistas de referência nacional e intercâmbio de experiências entre gestores e dirigentes de diversos entes federativos. A participação no evento permitirá a atualização quanto às melhores práticas de mercado, às orientações dos órgãos reguladores e de controle, bem como às inovações voltadas à modernização da gestão de investimentos no setor público.

10.3 Entre os resultados mensuráveis esperados destacam-se:

- I – a atualização técnica dos servidores quanto às normas, diretrizes e boas práticas relacionadas à gestão de investimentos públicos e previdenciários;
- II – o aprimoramento da capacidade de análise e tomada de decisão quanto à aplicação de recursos, com foco na segurança, rentabilidade e liquidez;
- III – a mitigação de riscos decorrentes de decisões técnicas inadequadas ou desatualizadas;
- IV – a redução de inconsistências e de eventuais apontamentos pelos órgãos de controle externo relacionados à gestão de recursos e investimentos; e
- V – o fortalecimento da governança, da transparência e da eficiência na administração dos recursos públicos municipais.

10.4 Dessa forma, os resultados esperados com a presente contratação transcendem o benefício individual dos servidores participantes, refletindo de maneira institucional na melhoria contínua da gestão pública municipal, na proteção do patrimônio público, na otimização da aplicação dos recursos e na elevação do nível de conformidade e responsabilidade fiscal da Administração.

11 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1 Para o objeto do presente procedimento pretendido não haverá a necessidade de providências prévias a serem adotadas no âmbito da Administração do município de Jucurutu/RN segundo os aspectos apresentados.





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN
Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000
JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299
CNPJ - 08.095.283/0001-04

12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1 Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

13 - IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 A contratação em questão, por se tratar de aquisição de inscrições em curso de capacitação, apresenta impactos ambientais diretos bastante reduzidos, sendo o impacto principal associado ao deslocamento dos servidores até a cidade de Florianópolis/SC, que implica no consumo de combustíveis fósseis e consequente emissão de gases de efeito estufa. Como medida mitigadora, recomenda-se a adoção de transporte compartilhado para reduzir a pegada de carbono individual dos participantes, priorizando sempre que possível o deslocamento conjunto.

14 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 Diante de toda a análise desenvolvida neste Estudo Técnico Preliminar, devido à necessidade do objeto pretendido e justificativas da unidade demandante, não se vislumbra elementos contrários à solução proposta, logo se configura tecnicamente **VIÁVEL**, e necessária, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Jucurutu-RN, 12 de fevereiro de 2026.

Clenilson Bezerra da Silva
Portaria n.º 458/2025
(assinado digitalmente)





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116880-360c27cc-eeb3-48c9-83f6-a48fc8380955

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ CLENILSON BEZERRA DA SILVA (CPF: 132.***.***-06), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116880_360c27cc-eeb3-48c9-83f6-a48fc8380955_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000

JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299

CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo MJ/ RN Nº 043/2026

A Ilm^a Sr^a Gisele Viana Pereira de Medeiros

Pesquisadora Oficial

Vimos através deste, APRESENTAR o **TERMO DE REFERÊNCIA** destinado à **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS.**

Jucurutu/ RN, 12 de fevereiro de 2026.

JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO

Portaria no 458/2025

(assinado digitalmente)





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116723-7bf38484-d810-458b-82aa-99bf5e5aa419

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO (CPF: 702.***.***-76), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116723_7bf38484-d810-458b-82aa-99bf5e5aa419_assinado.pdf





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

Ref. Processo Administrativo MJ/ RN nº 043/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a **AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	Aquisição de inscrições para o “8º Congresso Brasileiro de Investimentos”, promovido pela ABIPEM, nos dias 04 a 06 de março de 2026, no Município de Florianópolis/SC, conforme folder de divulgação e programação anexos.	Unid	03

1.2 A vigência tem por termo inicial a data de sua assinatura e termo final após a efetivação da liquidação, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O PREVI JUCURUTU integra o conjunto de regimes próprios de previdência social do Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável pelo processamento e concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões requeridas pelos seus beneficiários. Nesse cenário, para garantir a boa gerência dos recursos previdenciários, mostra-se relevante a permanente atualização e formação, buscando o aprimoramento das alternativas de gestão.

2.2 Diante da necessidade de constante atualização e qualificação dos agentes públicos que atuam junto ao PREVI JUCURUTU, especialmente os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, mostra-se pertinente a participação em cursos de qualificação, especialmente com ênfase em RPPS e gestão pública.

2.3 Nesse contexto, requer a instauração de processo destinado à aquisição de 03 (três) inscrições para o “8º Congresso Brasileiro de Investimentos”, promovido pela ABIPEM, nos dias 04 a 06 de março de 2026, no Município de Florianópolis/SC, conforme folder de divulgação e programação anexos ao DFD.

2.4 Esse congresso permitirá uma melhor qualificação no que diz respeito aos investimentos realizados pelo RPPS; além de possibilitar a troca de experiências com outros gestores e conselheiros dos demais regimes próprios de previdência.

2.5 Importante registrar, neste instante, que a ABIPEM é instituição de notório conhecimento no âmbito previdenciário, promovendo eventos de destaque a nível nacional, sempre prezando pela qualidade técnica e boa organização dos eventos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

3.1 Diante da solução identificada para atendimento da necessidade administrativa, verifica-se a inviabilidade de competição, sendo cabível a **inexigibilidade de licitação**, nos termos do **art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021**, para fins de inscrição de servidores no 8º Congresso Brasileiro de Investimentos, promovido pela ABIPEM, a realizar-se no período de 04 a 06 de março de 2026, na cidade de Florianópolis/SC.

3.2 O evento é promovido por entidade de reconhecida atuação nacional na área de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), consistindo em congresso técnico especializado voltado à capacitação de gestores públicos, dirigentes, conselheiros e servidores que atuam na área de investimentos, previdência e gestão de recursos públicos. Trata-se de evento singular, com programação específica, palestrantes convidados e conteúdo técnico direcionado à realidade dos RPPS e da gestão pública de investimentos.

3.3 Conforme tabela de valores divulgada pela organização do evento, as inscrições variam de acordo com a categoria da instituição participante, sendo fixados os seguintes valores.

- RPPS Associados à ABIPEM/ASSIMPASC: R\$ 1.100,00;
- RPPS Associados a Associações Parceiras ABIPEM: R\$ 1.200,00;
- RPPS não Associados: R\$ 1.300,00;
- Órgãos Públicos (exceto Instituições Financeiras) ou Entes que não possuem RPPS: R\$ 1.500,00

3.4 Os valores são previamente estabelecidos pela entidade organizadora, inexistindo possibilidade de competição ou comparação de propostas entre fornecedores distintos para o mesmo objeto.

3.5 A participação no congresso possibilitará a atualização técnica dos servidores quanto às melhores práticas em investimentos de recursos públicos, governança, conformidade normativa e gestão estratégica dos RPPS, contribuindo diretamente para o fortalecimento da gestão previdenciária, mitigação de riscos, melhoria na tomada de decisão e incremento da eficiência administrativa.

3.6 Assim, resta caracterizada a hipótese de inexigibilidade de licitação para inscrição em curso ou evento de capacitação, tendo em vista a inviabilidade de competição e a natureza singular do evento, nos termos do art. 74, III, “f”, da Lei nº 14.133/2021, sendo a contratação compatível com o interesse público e devidamente justificada neste Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto ou a atuação de empresa distinta daquela que tenham justificado a inexigibilidade.

4.2 A empresa prestadora deverá cumprir com as solicitações da secretaria acerca dos serviços prestados, seguindo especificações importantes para o cumprimento total do serviço, sendo eles:

4.2.1 Na execução do contrato, empenhará a CONTRATADA todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados;

4.2.2 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito do CONTRATANTE;

4.2.3 Produção de Nota Fiscal em consonância com o empenho e execução;

4.2.4 Executar os serviços dentro dos prazos estipulados pelo instrumento editalício e de acordo com as suas especificações;





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

- 4.3** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista, são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme, a ser disciplinado no processo;
- 4.4** O curso deverá aprimorar os procedimentos teóricos e operacionais quanto à área de atuação dos agentes públicos;
- 4.5** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração
- 4.6** Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. Obrigações da Administração Municipal, na qualidade de Contratante

- 5.1.1.** Cumprir integralmente as cláusulas e condições estabelecidas no contrato ou instrumento equivalente, assegurando o regular desenvolvimento da relação contratual e o atendimento às disposições legais aplicáveis.
- 5.1.2.** Designar servidor ou comissão responsável pela gestão e fiscalização do contrato, com a atribuição de acompanhar, verificar e atestar a regularidade da prestação dos serviços, em conformidade com as especificações do Termo de Referência e da legislação aplicável.
- 5.1.3.** Comunicar formalmente à contratada a ocorrência de quaisquer falhas, inconsistências ou irregularidades identificadas na prestação dos serviços, adotando as providências necessárias à sua correção e, quando cabível, aplicando as sanções administrativas previstas contratualmente, na hipótese de descumprimento injustificado das obrigações assumidas.

5.2. Obrigações da Contratada

- 5.2.1.** Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto contratado, inclusive aquelas relativas a processamento, sistemas, suporte técnico, infraestrutura tecnológica e encargos administrativos, não cabendo à Administração Municipal quaisquer custos adicionais.
- 5.2.2.** Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relacionados à execução dos serviços, não sendo excluída ou reduzida tal responsabilidade em razão da fiscalização exercida pela contratante.
- 5.2.3.** Atender prontamente às solicitações e orientações da Administração Municipal que guardem relação direta com o objeto contratado, respeitados os limites legais e operacionais do serviço.
- 5.2.4** A empresa prestadora deverá cumprir com as solicitações do **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU** acerca da aquisição da inscrição do evento e seus respectivos serviços prestados, seguindo especificações importantes para o cumprimento total do objeto, sendo eles:

5.2.4.1. Na execução do contrato, empenhará a CONTRATADA todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados;





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

5.2.4.2. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito do CONTRATANTE;

5.2.4.3. Executar os serviços, provenientes da aquisição da inscrição, dentro dos prazos estipulados pelo instrumento de contrato e de acordo com as suas especificações;

5.2.4.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de execução:

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 A execução do serviço proveniente da aquisição da inscrição no evento se dará no período de **04 a 06 de março de 2026**, conforme folder de divulgação e programação anexos, que é o período de realização do evento;

6.1.2 A execução do curso está prevista no CONTEÚDO PROGRAMÁTICO apresentado em anexo ao DFD;

6.2 Materiais a serem disponibilizados:

6.2.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar o material específico para realização do evento;

6.3 Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.3.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto;

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

Fiscalização Técnica

7.7 O acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa.

7.8 Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.8.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências.

7.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.8.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.

7.8.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.8.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato na data estabelecida.

7.8.6 Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.

7.8.7 Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8.8 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial.

7.8.9 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

7.8.10 Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Fiscalização Administrativa

7.9 O acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a regularidade fiscal e trabalhista, Verificações de ocorrências (Cumprimento das obrigações contratuais, Obediência aos prazos estabelecidos, Entrega dos documentos obrigatórios, elaboração e encaminhamento de relatório mensal das atividades, prestação dos serviços com a qualidade esperada, Informação ou comunicação de situações a que estava obrigado), notificação extrajudicial, suspensão do contrato, necessidade de rescisão, alterações contratuais, percentual em relação ao valor do contrato, necessidade de reajustes revisões, repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

7.10 Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.10.1 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas.

7.10.2 Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.10.3 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

7.10.4 Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.10.5 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial.

7.10.6 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

7.10.7 Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Gestor do Contrato

7.11 A coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.

7.12 Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.12.1 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

7.12.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.12.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.12.4 Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.12.5 Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata a gestão de contrato.





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

7.12.6 Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato.

7.12.7 Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial.

7.12.8 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento.

7.12.9 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7.12.10. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois (02) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

8.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

8.9 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R\$ 65.492,11** (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**.

8.10 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. O prazo de validade;
- b. A data da emissão;
- c. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. O período respectivo de execução do contrato;
- e. O valor a pagar; e
- f. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.12 A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

8.13 A Administração deverá:

- 8.13.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 8.13.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

8.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município de Jucurutu/RN.

Prazo de pagamento

8.18 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta (30) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.19 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R\$ 65.492,11** (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**.

8.20 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX),$$

Sendo,

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = \frac{6}{100 \times 365}$$
$$I = 0,00016438$$

9 FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1 Por se tratar de um serviço prestado unicamente pela **ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAISABIPEM (CNPJ: 29.184.280/0001-17)**, configura-se a inviabilidade de competição, estando, assim, a contratação por meio de **INEXIGIBILIDADE de LICITAÇÃO**, a qual encontra amparo legal no **art. 74, III, f da lei 14.133, de 2021**, e suas alterações.

10.1.1 Habilitação jurídica

- a. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- g. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- h. **Associação ou Fundações:** Regimento Interno ou documento equivalente e Ata da Eleição da Diretoria;
- i. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

- d. **declaração de que não emprega menor** de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo
- f. Prova de inscrição no cadastro de **contribuintes Estadual ou Municipal, se houver**, relativo a sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** da sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h. Caso o prestador seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- i. O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador;

10.1.4 Qualificação técnica

- a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo da contratação será de três (03) inscrições ficando no valor total de **R\$ 3.705,00** (três mil setecentos e cinco reais), (anexo do DFD).

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do **Município de Jucurutu/RN** para o exercício financeiro de **2026**, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade: 14.014 - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU

V – Plano Interno

2060- GESTÃO DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA

IV - Elemento de Despesa:

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA

II - Fontes de Recursos:

1802- RECURSOS VINCULADOS AO RPPS- TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

SUBELEMENTO: 022 - EXPOSICOES CONGRESSOS E CONFERENCIAS





MUNICIPIO DE JUCURUTU/RN
Praça João Eufrazio De Medeiros, nº 14 – Centro –
CEP: 59.330-000 – JUCURUTU/RN – FONE: (84) 3429-2299
CNPJ: 08.095.283.0001/04

13 PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

13.1 Não há no Município de Jucurutu/RN o Plano de Contratações Anual para o exercício financeiro de **2026** diante de que tal exigência é recente, que dependerá de regulamentação. Contudo, isso não inviabiliza que a contratação em tela seja realizada pela Administração. No entanto, a presente aquisição goza de previsibilidade do Planejamento Estratégico desta Administração, por meio do **Plano Plurianual 2026 a 2029**, instituído pela **Lei Municipal nº 1.171/2025**, através da **FUNÇÃO: AÇÃO: 2060- GESTÃO DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA**

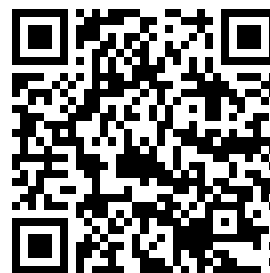
Jucurutu/RN, 12 de fevereiro de 2026.

João Marcos de Medeiros Brito
Portaria nº 458/2025
(assinado digitalmente)





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116724-4a47dbd1-8ca4-4418-bb23-9b91dfae881c

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO (CPF: 702.***.***-76), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116724_4a47dbd1-8ca4-4418-bb23-9b91dfae881c_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000

JUCURUTU/ RN – Fone/ Fax: (84) 3429-2299

CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo MJ/ RN nº 043/2026

Exmº Sr Prefeito Municipal

Vimos através deste, APRESENTAR a **COTAÇÃO DE MERCADO** destinado à **INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS.**

Jucurutu/ RN, 20 de fevereiro de 2026.

Gisele Viana Pereira de Medeiros

Portaria nº 458/2025

(assinado digitalmente)





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116725-025256b2-cbcd-48e5-940f-ded709c395d2

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ GISELE VIANA PEREIRA DE MEDEIROS (CPF: 129.***.***-17), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116725_025256b2-cbcd-48e5-940f-ded709c395d2_assinado.pdf





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000

JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299

CNPJ - 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo MJ/ RN nº 043/2026

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei Nº 14.133, de 2021 e demais dispositivos legais.

1	OBJETO	INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS
2	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	11 a 20 de fevereiro de 2026
3	METODOLOGIA APLICADA	Inexigibilidade
	Justificativa	Diante da solução identificada para atendimento da necessidade administrativa, verifica-se a inviabilidade de competição, sendo cabível a inexigibilidade de licitação , nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021 , para fins de inscrição de servidores no 8º Congresso Brasileiro de Investimentos, promovido pela ABIPEM, a realizar-se no período de 04 a 06 de março de 2026, na cidade de Florianópolis/SC. O evento é promovido por entidade de reconhecida atuação nacional na área de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), consistindo em congresso técnico especializado voltado à capacitação de gestores públicos, dirigentes, conselheiros e servidores que atuam na área de investimentos, previdência e gestão de recursos públicos. Trata-se de evento singular, com programação específica, palestrantes convidados e conteúdo técnico direcionado à realidade dos RPPS e da gestão pública de investimentos. Conforme tabela de valores divulgada pela organização do evento, as inscrições variam de acordo com a categoria da instituição participante, sendo fixados os seguintes valores: RPPS Associados à ABIPEM/ASSIMPASC: R\$ 1.100,00; RPPS Associados a Associações Parceiras ABIPEM: R\$ 1.200,00; RPPS não Associados: R\$ 1.300,00; Órgãos Públicos (exceto Instituições Financeiras) ou Entes que não possuem RPPS: R\$ 1.500,00; Política de Descontos: Instituições com 03 (três) ou mais inscritos, POR LOTE , receberão 5% de desconto no valor das inscrições. Inscrições realizadas separadamente, somente receberão o desconto a partir da terceira inscrição. Os valores são previamente estabelecidos pela entidade organizadora, inexistindo possibilidade de competição ou comparação de propostas entre fornecedores distintos para o mesmo objeto. A participação no congresso possibilitará a atualização técnica dos servidores quanto às melhores práticas em investimentos de recursos públicos, governança, conformidade normativa e gestão estratégica dos RPPS, contribuindo diretamente para o fortalecimento da gestão previdenciária, mitigação de riscos, melhoria na tomada de decisão e incremento da eficiência administrativa. Assim, resta





MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN

Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000

JUCURUTU/ RN – Fone: (84) 3429-2299

CNPJ - 08.095.283/0001-04

		caracterizada a hipótese de inexigibilidade de licitação para inscrição em curso ou evento de capacitação, tendo em vista a inviabilidade de competição e a natureza singular do evento, nos termos do art. 74, III, “F”, da Lei nº 14.133/2021, sendo a contratação compatível com o interesse público e devidamente justificada neste Estudo Técnico Preliminar.
4	FONTES DE PESQUISA	
	Foi realizada a pesquisa de mercado utilizando os seguintes parâmetros:	
	<input type="checkbox"/> I - Painel de Preços – (https://paineldeprecos.planejamento.gov.br) Não se aplica.	
	<input type="checkbox"/> II - Contratações similares de outros entes públicos em execução ou concluídos nos 180 dias anteriores a data da pesquisa de preço. Não se aplica.	
	<input type="checkbox"/> III - Pesquisa publicada e mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo desde que contenha a data e hora do acesso. Não se aplica.	
	<input checked="" type="checkbox"/> IV - Pesquisa com fornecedores, desde que as Datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 dias.	
	<input type="checkbox"/> Outros critérios:	
5	ANÁLISE DA PESQUISA	
	A cotação se trata do valor da inscrição do evento, constantes na proposta em anexo ao DFD.	
6	Anexos: a documentação comprobatória foi anexada aos autos do processo.	

ANEXO I - PREÇOS UNITÁRIOS REFERENTES À COTAÇÃO DIRETA

Nº	Descrição do Item	Unid	Quant	V Unit (R\$)	V Total (R\$)
1	Aquisição de inscrições para o “8º Congresso Brasileiro de Investimentos”, promovido pela ABIPEM, nos dias 04 a 06 de março de 2026, no Município de Florianópolis/SC, conforme folder de divulgação e programação anexos.	Unid	03	1.235,00	3.705,00
	Total Estimado				3.705,00

*Inscrição de RPPS não Associados - 5% de desconto no valor das inscrições para Instituições com 03 (três) ou mais inscritos, **POR LOTE**.

Jucurutu/RN, 20 de fevereiro de 2026.

Gisele Viana Pereira de Medeiros

Portaria nº 458/2025

Assinado digitalmente

Documento assinado eletronicamente por: - GISELE VIANA PEREIRA DE MEDEIROS, Documento assinado eletronicamente. Para verificar autenticidade acesse: <https://pmjucurutu.prosipe.com/assinaxato-api/documentos> e informe o código 116726-1009bb2-de16-454f-87d1-34c5e84c2b2b





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 116726-1009bbf2-de16-454f-87d1-34c5e84c2b2b

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasília timezone)

✓ GISELE VIANA PEREIRA DE MEDEIROS (CPF: 129.***.***-17), Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmjucurutu.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/116726_1009bbf2-de16-454f-87d1-34c5e84c2b2b_assinado.pdf



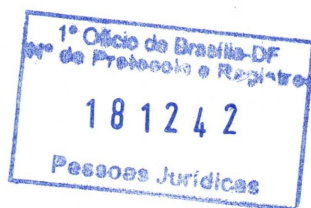


APRESENTAÇÃO

Nesta 8ª edição, o Congresso será o espaço ideal para adquirir conhecimentos sobre investimentos para RPPS, conhecer detalhadamente as alterações na legislação e interagir com Gestores de RPPS, Gestores Municipais, Membros dos Tribunais de Contas, Contadores, Atuários, Secretários de Finanças e de Administração e os Especialistas em Investimentos mais renomados do Brasil.

Todos estão convidados para este importante evento.

Participe!

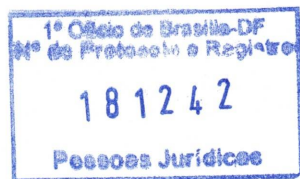


ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS – ABIPEM.

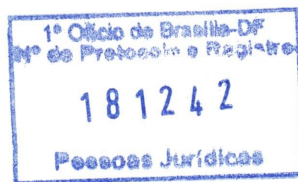
Aos vinte e oito (28) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às 12h 45m, em terceira e última convocação, reuniram-se na sala multiuso do Centro de Convenções e Feiras da Amazônia - HANGAR, situado na Av. Dr. Freitas, s/n - Marco, Belém, Estado do Pará, o Conselho Nacional da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM, para a realização da Assembleia Geral Ordinária, convocada mediante Edital de convocação, datado de 14/06/2024, com a seguinte Ordem do Dia: 1). Eleição da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para o biênio 2024/2026; 2). Alteração do art. 36 do Estatuto Social. 3) Assuntos Gerais. A Assembleia Geral Ordinária foi aberta pelo Sr. Presidente do Conselho Nacional da ABIPEM João Carlos Figueiredo. Em seguida o Presidente convocou o associado benemérito Demetrius Ubiratan Hintz, para a função de secretário “ad hoc”, solicitando que fosse feita a leitura do Edital de Convocação. Posteriormente o Presidente depois de verificado o atendimento ao horário estabelecido no Edital, declarou como iniciada a assembleia e propôs aos presentes alterar os itens da pauta, iniciando pelo item 2. Alteração aprovada por unanimidade. **ALTERAÇÃO DO ART. 36 DO ESTATUTO SOCIAL.** O Presidente explanou ao Conselho que os mandatos da Diretoria e Conselhos da ABIPEM sempre iniciam no dia 01 de Setembro e terminam em 31 de Agosto dos anos pares. Porém, no atual Estatuto o art. 36 descreve como anos ímpares. Em razão desse erro material no Estatuto propõem-se a alteração no caput do art. 36 do Estatuto Social para que no lugar da palavra “ímpares” passe a constar a palavra “pares”. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi feita a leitura da nova redação do Caput do Art. 36: “Art. 36. O mandato dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da ABIPEM será de 02 (dois) anos, iniciado em 1º de setembro dos anos pares, até 31 de agosto de dois anos posteriores.”



Em seguida o Presidente da Assembleia João Carlos Figueiredo passou para o próximo item: **ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DELIBERATIVO E CONSELHO FISCAL PARA O BIÊNIO 2024/2026**. O Presidente da Assembleia passou a condução dos trabalhos para a Comissão Eleitoral, representada pela Srª Lucia Helena Vieira e pelo Sr. José Augusto Ferreira de Carvalho, que deram início ao procedimento eleitoral de assembleia. Informaram que em 20 de junho de 2024 foi protocolada a inscrição de uma única chapa e o Sr. José Augusto Ferreira de Carvalho passou a ler, na íntegra, a carta de inscrição onde constam todos os integrantes da chapa. O Sr. João Carlos Figueiredo subscritor da chapa solicitou a retificação do nome da Vice-Presidente da Região Sudeste, onde se diz Alexandra, leia-se Alessandra, e também onde se diz Naviraí/MT, leia-se Naviraí/MS. A Presidente da Comissão Eleitoral Srª Lucia Helena Vieira acatou as retificações e informou que todos editais e comunicados foram devidamente publicados com acesso a todos os membros do Conselho Nacional e demais interessados no site da ABIPEM. Declarou ainda que a chapa constituída por representantes das Instituições Previdenciárias e sócios beneméritos foi deferida pela comissão eleitoral. Em seguida a Presidente Lucia Helena Vieira consultou a Assembleia sobre a possibilidade de a eleição ser feita por aclamação em virtude de somente uma chapa estar concorrendo o que foi aprovada pelos presentes. Desta forma deu-se a eleição por aclamação, sendo aclamada pela maioria dos presentes. Em seguida a Presidente declarou eleita a chapa para o biênio **2024/2026** com o mandato iniciando no dia 01/09/2024 e término no dia 31/08/2026 tendo a seguinte composição: **DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente:** João Carlos Figueiredo – Jundiaí/SP; **Vice Presidente:** Daniel Leandro Boccardo – Birigui/SP; **1º Secretário:** André Luiz Goulart – Uberlândia/MG; **2º Secretário:** Léa Santana Praxedes – Cabedelo/PB; **1º Tesoureiro:** Djovini Di Oliveira – Inhumas/GO; **2º Tesoureiro:** Luiz Guilherme Machado de Carvalho – Belém/PA. **CONSELHO DELIBERATIVO: Vice Presidente Região Sul:** Marcio Oliveira



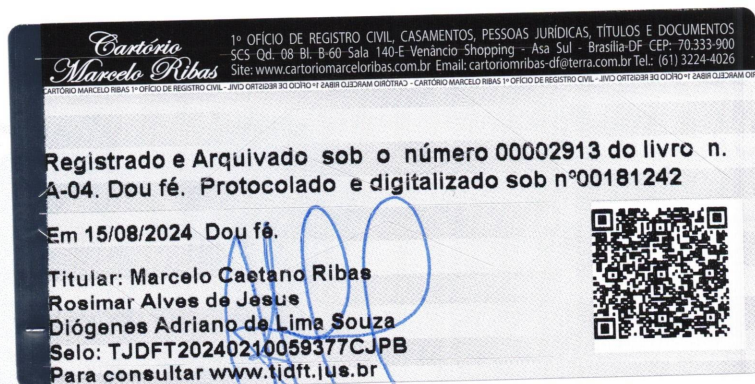
Apolinário – Jussara/PR; **Suplente Vice Presidente Região Sul:** Carlos Xavier Schramm – Blumenau/SC; **Vice Presidente Região Sudeste:** Alessandra Arantes Marques – Itatiaia/RJ; **Suplente Vice Presidente Região Sudeste:** Wilson Marques Paz – Itapemirim/ES; **Vice Presidente Região Nordeste:** João Gomes do Rêgo – Maragogi/AL; **Suplente Vice Presidente Região Nordeste:** Audrey Suelen Brito Mila – Serra Caiada/RN; **Vice Presidente Região Centro Oeste:** Daniela Sevigani – Sinop/MT; **Suplente Vice Presidente Região Centro Oeste:** Moisés Bento da Silva Junior – Naviraí/MS; **Vice Presidente Região Norte:** Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon – Manaus/AM; **Suplente Vice Presidente Região Norte:** Tiago Cordeiro Nogueira – Rondônia/RO. **CONSELHO FISCAL:** **Conselheiro Fiscal:** José Marly dos Santos Brando – Caxias do Sul/RS; **Conselheiro Fiscal:** Daniel Ribeiro Silva – Salvador/BA; **Conselheiro Fiscal:** Von Braw Ceris e Santos - Cascavel/CE; **Suplentes:** Elliton Oliveira Souza – Mato Grosso/MT e Sirleide da Silva – Ubatuba/SP. Nada mais havendo a tratar a respeito da eleição retornou-se a palavra ao Presidente da Assembleia que dando prosseguimento a ordem do dia iniciou a discussão do terceiro e último item, **ASSUNTOS GERAIS:** O Presidente Sr. João Carlos Figueiredo fez uma breve exposição sobre as realizações da ABIPEM e prestação de contas de saldos existentes em conta bancária. Descreveu que todos que estão saindo da Diretoria ou Conselhos, juntamente com os que estão entrando fazem parte de um grupo único da ABIPEM. Informou que quase todas as associações estaduais fazem parte da ABIPEM, pois das dezessete associações estaduais existentes quatorze estão na composição da Diretoria e Conselhos da ABIPEM. Informou que a ABIPEM possui Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social e com o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás; Que para a realização dos congressos não é contratada empresa organizadora para essa finalidade, pois todos os membros da Diretoria e Conselhos ajudam voluntariamente. Que este 57º Congresso ocorreram 2058 inscrições tornando-se o maior evento de



Previdência Pública do Brasil. Agradeceu a todos pela colaboração e solicitou que todos sigam juntos com a ABIPEM pelo trabalho realizado em prol dos regimes próprios de previdência social do país. Nada mais havendo a tratar o Presidente da ABIPEM agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Assembleia Geral Ordinária. Eu, Demetrius Ubiratan Hintz, Secretário "Ad hoc", lavrei e assino a presente ata juntamente com o Presidente do Conselho Nacional João Carlos Figueiredo com a observação de que existem duas folhas de presença com numeração idêntica (folha1) que fazem parte integrante da presente ata.

João Carlos Figueiredo
Presidente

Demetrius Ubiratan Hintz
Secretário "ad hoc"



SEDE ADMINISTRATIVA
SCRLN, Quadra 711, Bloco G, Loja 15
CEP 70.750-557 Brasília - DF
Tel/Fax. (61) 3323.4803 - www.abipem.org.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E
MUNICIPAIS-ABIPEM**
CNPJ: 29.184.280/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:10:54 do dia 19/09/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/03/2026.

Código de controle da certidão: **7DA3.C1F1.19DF.9B57**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA
ESTADUAIS E MUNICIPAIS-ABIPEM (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.184.280/0001-17

Certidão nº: 55427779/2025

Expedição: 19/09/2025, às 14:12:55

Validade: 18/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS-ABIPEM (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.184.280/0001-17**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CÍVEIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis disponíveis até 18/12/2025, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS-ABIPEM

29.184.280/0001-17

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 18/12/2025

Selo digital de segurança: **2025.CTD.RNE6.9YRR.ID97.ZKIR.YMCA**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.184.280/0001-17 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/06/1985
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS-ABIPEM		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais (Dispensada *)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.19-0-01 - Criação de estandes para feiras e exposições 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte (Dispensada *) 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO Q SCLRN 711 BLOCO G	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LOJA 15
CEP 70.750-557	BAIRRO/DISTRITO ASA NORTE	MUNICÍPIO BRASILIA
UF DF		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DEMETRIUS@ABIPEM.ORG.BR		TELEFONE (61) 4267-2100
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/12/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **15/01/2026** às **08:06:53** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.184.280/0001-17
Razão Social: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ES
Endereço: Q SCLRN 711 BL G S/N LOJA 15 / ASA NORTE / BRASILIA / DF / 70750-557

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/12/2025 a 27/01/2026

Certificação Número: 2025122903130293342876

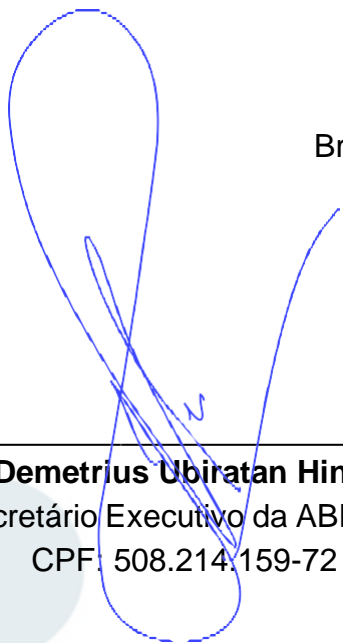
Informação obtida em 05/01/2026 11:40:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A **Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM**, entidade privada, **CNPJ 29.184.280/0001-17**, com sede na **SCRLN Asa Norte Quadra 711 Bloco G Loja 15 Brasília, DF, CEP 70.750-557**, **DECLARA**, por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, que a referida empresa não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

Brasília, 27 de Janeiro de 2025.



Demetrius Ubiratan Hintz
Secretário Executivo da ABIPEM
CPF: 508.214.159-72

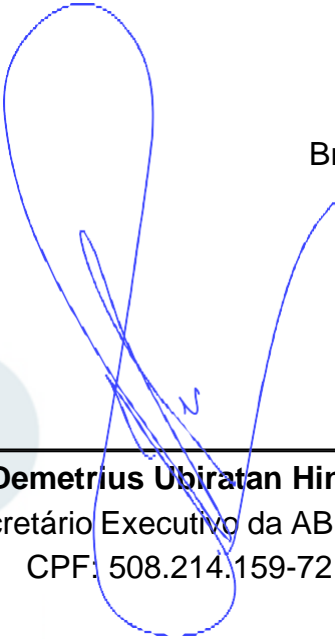
=====

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO
QUADRO DA EMPRESA**

=====

Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM, inscrita no CNPJ nº 29.184.280/0001-17, por intermédio de seu representante legal **Sr. DEMETRIUS UBIRATAN HINTZ**, do CPF nº 508.214.159-72, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da CF/88, acrescido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Brasília, 12 de fevereiro de 2025.



Demetrius Ubiratan Hintz
Secretário Executivo da ABIPEM
CPF: 508.214.159-72



**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES
DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS – ABIPEM.**

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º. A Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – **ABIPEM** é pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins lucrativos e com fins não econômicos, de caráter social, cultural, educacional e de certificação profissional de previdência nas suas diferentes áreas, sem finalidade política ou religiosa, de âmbito nacional, representativa das Instituições de Previdência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e será regida pelo presente Estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º. A sede e o foro da **ABIPEM** localizam-se na Cidade de Brasília/DF, na SCLRN 711 BLOCO “G” LOJA 15, ASA NORTE, BRASÍLIA – DF, CEP: 70750-557 podendo a critério da Diretoria, criar ou extinguir filiais e quaisquer outros estabelecimentos no País.

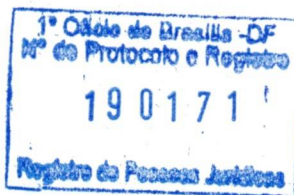
Parágrafo único. A Associação possui 1 (uma) filial localizada à Rua 300 nº 179, Sala 02, Centro, no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina – CEP 88.330-645, denominada **SECRETARIA EXECUTIVA ABIPEM**.

Art. 3º. A **ABIPEM** tem por objetivo:

- I – congregar as instituições previdenciárias indicadas no art. 1º e defender-lhes reivindicações, direitos e prerrogativas, tendo em vista sempre os interesses da comunidade de seus segurados;
- II – promover o intercâmbio de conhecimentos de caráter técnico-administrativo e consultivo, no estudo e solução dos problemas, entre as instituições públicas de previdência social, bem como junto às associações congêneres, nacionais e estrangeiras;
- III – promover estudos técnicos, a serem encaminhados aos poderes públicos competentes, visando o bem-estar dos segurados e dos beneficiários das instituições filiadas;
- IV – providenciar, junto aos poderes públicos, a execução de medidas capazes de assegurar o desenvolvimento econômico, administrativo e social das instituições filiadas;
- V – difundir os princípios da doutrina previdenciária;
- VI – realizar congressos nacionais e encontros regionais, objetivando o estudo de problemas das instituições filiadas e a adoção das conclusões dele extraídas;

SEDE ADMINISTRATIVA
SCLRN, Quadra 711, Bloco G, Loja 15
CEP: 70.750-557 Brasília – DF
(61) 3323.4803 – www.abipem.org.br

1



VII – promover o aperfeiçoamento e a padronização de técnicas dos sistemas de previdência, desenvolvidas pelos associados;

VIII – executar e encaminhar as decisões dos congressos nacionais e dos encontros regionais, adotando as medidas indispensáveis à implementação de suas conclusões;

IX – elaborar, coordenar, executar e apoiar projetos de pesquisa, ensino, capacitação de servidores e de desenvolvimento institucional;

X – promover atividades educacionais, de capacitação, especialização e aperfeiçoamento técnico-profissional, tais como a realização de cursos, seminários, palestras, oficinas, congressos temáticos e demais eventos voltados ao aprimoramento da gestão previdenciária, bem como a produção, edição e distribuição de materiais didáticos, técnicos e científicos relacionados à previdência social no âmbito dos regimes próprios dos entes federativos;

XI – firmar convênios ou contratos com outras instituições ou órgãos públicos ou privados com objetivo de atender aos seus associados nas questões de previdência

XII – Realizar aplicação de exames de qualificação técnica e certificar os profissionais de previdência.

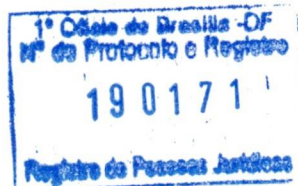
XIII – Desenvolver e promover a manutenção de processos de certificação.

XIV – Firmar convênios com órgãos e instituições públicas ou privadas, com a finalidade de elaborar e executar, em regime de cooperação, projetos específicos na sua área de atuação.

§ 1º. Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na lei para consecução das finalidades, podendo, inclusive, desenvolver outras atividades acessórias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações; celebração de convênios, contratos ou outros instrumentos jurídicos; doação de recursos materiais e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

§ 2º. A ABIPEM poderá utilizar a denominação Universidade ABIPEM como nome institucional de suas ações voltadas à educação, capacitação, pesquisa e extensão, destinadas ao aprimoramento técnico e à formação continuada dos gestores, servidores e demais agentes vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, bem como de outros profissionais, estudiosos, instituições e interessados que atuem ou tenham interface com a gestão pública, a previdência social e áreas correlatas.

§ 3º. A utilização da denominação Universidade ABIPEM abrangerá, inclusive, convênios, termos de cooperação técnica e parcerias com instituições de ensino superior, entidades



públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, respeitados os princípios e objetivos estatutários da ABIPEM.

Art. 4º. O tempo de duração da associação é indeterminado.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 5º. São duas as categorias de associados da **ABIPEM**:

I – honorários;

II – contribuintes.

§ 1º. Os associados honorários serão aprovados pela Assembleia Geral, mediante indicação de membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal ou do Conselho de Ex-Presidentes, desde que tenham contribuído ou contribuam de forma relevante para os objetivos institucionais da ABIPEM e atendam ao menos um dos seguintes critérios:

- a)** atuem, direta ou indiretamente, em prol das finalidades das instituições previdenciárias referidas no art. 1º deste Estatuto;
- b)** integrem ou tenham integrado órgãos ou entidades de supervisão, controle ou regulação das instituições previdenciárias referidas no art. 1º; ou
- c)** detenham notório saber em uma ou mais áreas técnicas relacionadas aos regimes próprios de previdência social.

§ 2º. São associados contribuintes as instituições de previdência social, de previdência complementar e demais órgãos gestores de **RPPS**.

§ 3º. As instituições que requererem a sua filiação, na condição de contribuintes, deverão:

- a)** apresentar cópia da lei, sancionada e publicada, que criou a entidade para execução da política previdenciária do ente federativo;
- b)** apresentar cópia do ato de nomeação de seu dirigente máximo, que representará, obrigatoriamente, a instituição;
- c)** prestar compromisso de adesão e observância ao estatuto social e ao regimento interno, se houver;



§ 4º. O pedido de filiação, desde que cumpridas às condições do parágrafo anterior, será deferido pelo Presidente da **ABIPEM**.

Art. 6º. São direitos dos associados:

- I – participar das atividades da associação;
- II – tomar parte nas Assembleias Gerais com igual direito de voto; e
- III – votar e ser votado para os cargos da **ABIPEM**.

Art. 7º. São deveres dos associados:

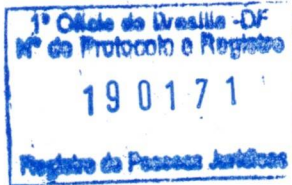
- I – respeitar e cumprir as decisões das assembleias e demais órgãos dirigentes da entidade;
- II – cumprir e fazer cumprir o estatuto e demais disposições internas;
- III – zelar pelo nome da associação;
- IV – participar das Assembleias Gerais.

Art. 8º. Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas pela associação.

Art. 9º. Os associados perderão seus direitos:

- I – se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- II – se infringirem qualquer disposição estatutária ou qualquer decisão dos órgãos dirigentes;
- III – se praticarem atos nocivos ao interesse da associação;
- IV – se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da associação ou de seus membros;
- V – se praticarem atos ou valerm-se do nome da associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

§ 1º. Em qualquer das hipóteses previstas nos incisos deste artigo, além de perderem seus direitos, os associados poderão ser excluídos da associação por decisão da Diretoria, caso seja reconhecida justa causa para tanto, assegurado o direito de defesa, observado todos os meios de prova admitidos em lei.



§ 2º. Da decisão da Diretoria que pretenda excluir um associado, cabe recurso à Assembleia Geral, que decidirá, por maioria de votos, sobre a exclusão ou não do associado, em reunião especificamente convocada para esse fim.

Art. 10. Qualquer associado poderá, a qualquer tempo, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, bastando para isso, manifestação expressa por carta datada e assinada endereçada à entidade.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 11. O patrimônio da **ABIPEM** constitui-se de bens e valores legalmente arrecadados ou adquiridos, tais como: ações, legados, títulos, móveis, imóveis, subvenções, patrocínios, auxílios e doações concedidos por pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público; prestações de serviços; aplicação de receitas e outras fontes; convênios, apoios e financiamentos, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da associação, além das contribuições dos sócios e outros valores.

Parágrafo único. A alienação do patrimônio da associação dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

Art. 12. A contribuição dos associados contribuintes será anual e seus valores serão fixados pela Diretoria Executiva.

§ 1º. Os associados contribuintes que estiverem inadimplentes ficarão impedidos de votar e serem votados nas decisões submetidas à Assembleia Geral, e de concorrer a qualquer cargo da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal da **ABIPEM**.

§ 2º. Os associados honorários são isentos de contribuição associativa e do pagamento de inscrição nos Congressos.

Art. 13. A associação não distribuirá, entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 14. Todo patrimônio e receitas da associação deverão ser destinados aos objetivos a que se destina a entidade, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento.

Art. 15. A associação poderá ser extinta por deliberação dos associados, a qualquer tempo, desde que convocada Assembleia Geral Extraordinária para tal fim, que deverá observar as

5



regras previstas na competência da Assembleia Geral, consoante o disposto no artigo 22 deste estatuto.

Parágrafo único. A associação poderá ainda ser extinta pelas demais formas previstas em lei.

Art. 16. Em caso de dissolução da entidade, o remanescente de seu patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, preferencialmente com o mesmo objetivo social.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES E DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 17. A administração da **ABIPEM** será exercida pela Assembleia Geral, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal.

§ 1º. Para participar da eleição e concorrer aos cargos da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal os candidatos associados contribuintes deverão, obrigatoriamente, estar ocupando o cargo de dirigentes máximos das instituições, bem como estas estarem filiadas e adimplentes à **ABIPEM** há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º. Não perde o mandato na **ABIPEM**, o eleito que se afastar da direção da instituição que representa.

§ 3º. Os associados honorários poderão participar da eleição e concorrer aos cargos da Diretoria Executiva e Conselhos, exceto aos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 18. A Assembleia Geral é órgão soberano da **ABIPEM**, e será integrada pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos estatutários e presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva.

Art. 19. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao ano, preferencialmente nas mesmas datas de realização dos congressos, seminários ou encontros da **ABIPEM** e, extraordinariamente, sempre que convocada.

§ 1º. As reuniões extraordinárias da Assembleia Geral serão convocadas, a qualquer tempo, pelo Presidente da **ABIPEM** ou por um quinto dos associados da entidade com antecedência de, no mínimo, dez dias para tratar de assuntos de relevante interesse, que devem constar, obrigatoriamente, do ato convocatório.



§ 2º. Não terá validade a deliberação de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária sobre assunto não inserido previamente na ordem do dia, constante no documento de convocação.

§ 3º. É vedada a representação por procuração na Assembleia Geral.

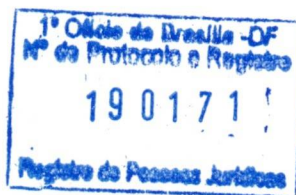
Art. 20. Compete a Assembleia Geral:

I – ordinariamente:

- a) apreciar o relatório e votar o parecer do Conselho Fiscal, sobre as contas da Diretoria Executiva;
- b) decidir sobre a aprovação do balanço anual;
- c) eleger os membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, quando for o caso;
- d) apreciar os assuntos que sejam submetidos à sua aprovação, inseridos na ordem do dia.

II – extraordinariamente:

- a) quando houver interesses da associação que exijam pronunciamento dos associados e para os fins previstos por lei;
- b) reformar ou alterar o estatuto da **ABIPEM**;
- c) referendar a substituição dos membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, na ocorrência das hipóteses previstas neste Estatuto;
- d) decidir sobre matéria econômico-financeira e patrimonial, de relevante interesse para a associação, bem como sobre outros assuntos de repercussão, ou que possam influir na orientação específica dos associados;
- e) dissolver, se for o caso, a associação, segundo a forma decidida em reunião especialmente convocada para este fim;
- f) destituir membros da Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, em caso de improbidade e exação no cumprimento de seus deveres, mediante parecer fundamentado do Conselho Fiscal;
- g) conceder títulos de associados honorários.
- h) apreciar os assuntos que sejam submetidos à sua aprovação, inseridos na ordem do dia.



Art. 21. A Assembleia Geral reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados adimplentes ou, em segunda convocação, uma hora após, com, pelo menos, um terço dos associados e, em terceira e última convocação, 15 (quinze) minutos após, com qualquer número de associados adimplentes.

§ 1º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por metade mais um dos presentes.

§ 2º. Serão exigidos dois terços dos votos dos associados presentes, para deliberar sobre a alienação do patrimônio, dissolução da sociedade e destinação do patrimônio ou destituição dos membros da Diretoria Executiva.

Art. 22. A Assembleia Geral será convocada para fins determinados, mediante prévio e geral anúncio, por meio de edital afixado na sede da associação, edital eletrônico disponibilizado no sítio da **ABIPEM** ou outros meios adequados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, sendo garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

SEÇÃO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 23. A Diretoria Executiva será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º. e 2º. Secretário Geral e 1º. e 2º. Tesoureiro.

§ 1º. Os cargos da Diretoria Executiva são passíveis de recondução, sem restrição ao número das mesmas.

§ 2º. Os cargos da Diretoria Executiva não serão remunerados, permitindo-se, porém, diárias de viagens, ajuda de custo ou ressarcimento das despesas efetuadas quando a serviço de interesse da **ABIPEM**.

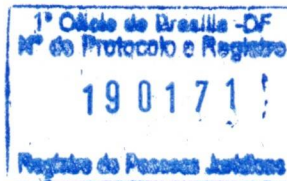
Art. 24. A Diretoria Executiva será eleita em reunião da Assembleia Geral, para mandato de 02 (dois) anos, mediante chapa.

§ 1º. As chapas, contendo os nomes de todos os indicados para os cargos respectivos, deverão ser inscritas com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência da Assembleia Geral, observado o disposto no § 1º do artigo 12, §§ 1º e 3º do artigo 17 deste estatuto.

§ 2º. Não sendo possível a realização da eleição antes do término do mandato da Diretoria Executiva atual, o mandato de que trata este artigo será prorrogado até o término das eleições e posse da nova Diretoria.

§ 3º. Será vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos entre os presentes, observado o quórum de, no mínimo, metade dos associados presentes.

§ 4º. Em caso de vacância do cargo de Presidente, assumirá o cargo o Vice-Presidente.



§ 5º. Ocorrendo a vacância de qualquer cargo, caberá à Diretoria Executiva a nomeação do substituto, “ad referendum” do Conselho Deliberativo, para cumprimento do mandato pelo tempo restante.

Art. 25. Compete à Diretoria Executiva:

- I – elaborar o regimento interno e outros atos normativos da **ABIPEM**;
- II – aprovar as contratações de serviços necessários ao cumprimento dos objetivos e do plano de metas da **ABIPEM**, propostas pelo Presidente;
- III – aprovar a fixação das contribuições dos associados, das diárias de viagem ou ajuda de custo da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.
- IV – promover o preenchimento de vacâncias que ocorrerem, durante o mandato, na Diretoria Executiva, no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal, “ad referendum” do Conselho Deliberativo.

SUBSEÇÃO I DO PRESIDENTE

Art. 26. Compete ao Presidente da **ABIPEM**:

- I – presidir a Assembleia Geral e a Diretoria Executiva;
- II – representar a entidade, em juízo ou fora dele;
- III – estruturar os serviços de secretaria;
- IV – Realizar toda movimentação financeira da ABIPEM, autorizar recebimentos, pagamentos, verbas, auxílios e valores, assinar cheques, ordens de pagamento e quaisquer ativos financeiros;
- V – promover todos os atos necessários ao bom funcionamento da **ABIPEM**;
- VI – convocar, ordinária e extraordinariamente, a Assembleia Geral, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal;
- VII – zelar pelo cumprimento dos objetivos da **ABIPEM**;
- VIII – compor e constituir comissões de assessoramento, mediante solicitação às instituições filiadas, dos servidores necessários, bem como, designar auxiliares para serviço fora da sede, aos quais poderão ser concedidas passagens, diárias, ajuda de custo e outras despesas custeadas pela **ABIPEM**;



IX – contratar e demitir seus auxiliares.

X – nomear assessores da Presidência, com a finalidade de auxiliar na execução dos objetivos estatutários da entidade, na elaboração de estudos técnicos nas áreas de atuação da ABIPEM, no apoio à organização de eventos institucionais e no acompanhamento do Presidente em compromissos oficiais, reuniões e viagens, sempre que convocados.

Parágrafo único. O Presidente será responsabilizado civil e penalmente pelos excessos que praticar, inclusive quanto à falta de cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas dos contratados.

SUBSEÇÃO II DO VICE-PRESIDENTE

Art. 27. Compete ao Vice-Presidente, substituir o Presidente, nas suas ausências e impedimentos, e assumir o cargo, em caso de vacância.

Parágrafo único. Aplicam-se ao Vice Presidente as penalidades previstas no artigo anterior, pelos excessos que cometer.

SUBSEÇÃO III DOS SECRETÁRIOS

Art. 28. Compete ao Primeiro Secretário:

- I** – lavrar atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II** – substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos e ausências;
- III** – convocar eleições, em caso de vacância dos cargos de Presidente, Vice Presidente.
- IV** – Compete ao Segundo Secretário, substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências ou impedimentos.

SUBSEÇÃO IV DOS TESOUREIROS

Art. 29. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I** – Realizar toda movimentação financeira da ABIPEM, assinar cheques, ordens de pagamento e quaisquer ativos financeiros em conjunto com o Presidente;
- II** – tratar com os concessionários de serviços da **ABIPEM**, velando pelo exato cumprimento das cláusulas contratuais que envolvam interesses econômico-financeiros da entidade;



III – fiscalizar valores e títulos da **ABIPEM**;

IV – arrecadar as contribuições dos sócios;

V – efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente.

VI – Compete ao Segundo Tesoureiro substituir o Primeiro Tesoureiro nas suas ausências ou impedimentos.

SEÇÃO III DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 30. O Conselho Deliberativo será composto pelos 05 (cinco) Vice-presidentes Regionais e pelo Presidente da **ABIPEM**.

Parágrafo único. O Presidente da **ABIPEM** será o Presidente do Conselho Deliberativo.

Art. 31. Compete ao Conselho Deliberativo:

I – promover e divulgar a **ABIPEM** em sua região;

II – representar, quando designado, a Diretoria Executiva da **ABIPEM** em sua região.

III – Referendar os nomes indicados pela Diretoria Executiva, para substituição daqueles que deixarem os seus cargos, como membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, antes do final do seus mandatos

Parágrafo Único: Será eleito um suplente para cada Vice Presidente Regional, que assumirá o cargo do titular, no caso de renúncia, impedimento, licença, morte ou perda do mandato.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 32. O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes, eleitos em reunião da Assembleia Geral.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido por seus membros.

Art. 33. Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar a gestão financeira da **ABIPEM**;

II – examinar os livros e documentos da entidade;



III – emitir parecer sobre o balanço da entidade, assinado por todos os membros do Conselho Fiscal e por contabilista legalmente habilitado.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

SEÇÃO V DO CONSELHO DE EX-PRESIDENTES DA ABIPEM

Art. 33-A O Conselho de Ex-Presidentes da ABIPEM será composto por todos aqueles que exerceram o cargo de Presidente da entidade, observado o disposto no art. 33-D.

Parágrafo único. O Conselho de Ex-Presidentes atuará como órgão consultivo e de apoio institucional, prestando aconselhamento à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo, com base na experiência acumulada e no compromisso com os princípios e objetivos da ABIPEM.

Art. 33-B As reuniões do Conselho de Ex-Presidentes ocorrerão, preferencialmente, em concomitância com os congressos nacionais da ABIPEM, podendo também ser convocadas de forma extraordinária, presencial ou virtualmente, por iniciativa de seu Coordenador ou por solicitação do Presidente da ABIPEM.

Art. 33-C Compete aos membros do Conselho de Ex-Presidentes:

I – representar a ABIPEM em eventos, solenidades, comissões externas ou demais atos institucionais, sempre que designados pelo Presidente da ABIPEM;

II – oferecer subsídios, sugestões e opiniões fundamentadas à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo, contribuindo com experiências relevantes para a tomada de decisões;

III – participar das assembleias da ABIPEM com direito a voz, mas sem direito a voto, salvo se ocuparem outro cargo estatutário que lhes assegure esse direito;

IV – zelar pelo cumprimento e fiel observância deste Estatuto, bem como pelos princípios e finalidades da ABIPEM;

V – eleger, entre seus membros, um coordenador, preferencialmente o ex-Presidente que tenha exercido o maior tempo de mandato, para fins de organização e interlocução com os demais órgãos da entidade.

Art. 33-D Não poderão integrar o Conselho de Ex-Presidentes:

I – aqueles que não tenham cumprido, ao menos, 50% (cinquenta por cento) do mandato para o qual foram eleitos;



II – os que tiverem sido condenados, com sentença transitada em julgado, por crime relacionado ao exercício da presidência da ABIPEM;

III – os que tenham praticado atos contrários aos objetivos institucionais da ABIPEM;

IV – os que tenham renunciado ao cargo de Presidente antes do término do mandato, sem justificativa aceita pela Assembleia Geral.

Art. 33-E Ao término do mandato, o Presidente da ABIPEM será automaticamente incluído no Conselho de Ex-Presidentes, salvo se incidir em alguma das hipóteses de impedimento previstas neste Estatuto.

Art. 33-F Perderá a condição de membro do Conselho de Ex-Presidentes aquele que:

I – manifestar, por escrito, sua renúncia à participação no Conselho;

II – vier a praticar, no exercício de suas funções ou fora delas, atos incompatíveis com os princípios e objetivos da ABIPEM, conforme decisão do Conselho Deliberativo, aprovada por maioria simples de seus membros;

III – for legal ou estatutariamente impedido em razão de sanção disciplinar ou penal imposta nos termos deste Estatuto.

Art. 33-G A instalação formal do Conselho de Ex-Presidentes da ABIPEM ocorrerá mediante convocação realizada pelo Presidente da ABIPEM, que designará data, local e pauta da primeira reunião.

§1º A convocação da reunião de instalação poderá ocorrer de forma presencial ou virtual, devendo ser comunicada a todos os ex-Presidentes aptos a compor o Conselho, conforme previsto neste Estatuto.

§2º Na primeira reunião os membros do Conselho elegerão, entre seus pares, um Coordenador e um Secretário, cujo mandato coincidirá com o dos atuais membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo.

§3º Os mandatos dos próximos Coordenador e Secretário, que serão eleitos da mesma forma prevista no parágrafo anterior, será de dois anos e coincidirá com o dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo.

§4º Compete ao Coordenador do Conselho de Ex-Presidentes:

I – organizar e coordenar as reuniões do Conselho, ordinárias ou extraordinárias;

II – representar o Conselho junto aos demais órgãos da ABIPEM;

III – propor a pauta das reuniões, podendo receber sugestões dos demais membros;

IV – zelar pela interlocução institucional do Conselho com a Diretoria Executiva e com os demais Conselhos da ABIPEM.

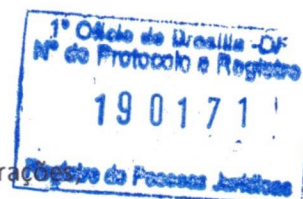
§5º Compete ao Secretário:

I – lavrar as atas das reuniões do Conselho;

II – manter o registro atualizado dos membros do Conselho e suas deliberações;

III – apoiar o Coordenador nas atividades organizacionais do Conselho.

§6º Cabe ao Conselho elaborar seu regulamento interno que discipline seu funcionamento, periodicidade das reuniões, formas de deliberação, substituições e demais aspectos operacionais.



CAPÍTULO VIII DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 34. O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.

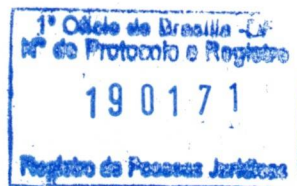
Art. 35. Ao final de cada exercício social, a Diretoria Executiva elaborará, com base na escrituração contábil da associação, um Balanço Patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, bem como uma discriminação das origens e aplicações dos recursos.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36. Os mandatos dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal terão duração de 2 (dois) anos, com início em 1º de setembro dos anos pares e término em 31 de agosto de dois anos posteriores.

§1º. Os membros do Conselho de Ex-Presidentes da ABIPEM terão mandato de caráter permanente, observado o disposto neste Estatuto quanto às hipóteses de impedimento e exclusão.

§2º. Perderá o cargo o membro do Conselho Deliberativo e ou Conselho Fiscal que faltar, sem justificativa prévia, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) alternadas, sendo seu cargo declarado vago para preenchimento pela Diretoria Executiva conforme o disposto neste estatuto.



Art. 37. Os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, “*ad referendum*” da Assembleia Geral.

Art. 38. O Presidente providenciará o registro de toda alteração que houver no Estatuto da ABIPEM.

Parágrafo único. O Presidente poderá nomear e constituir por procuração, representante legal para responder em nome da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM.

Art. 39. Para os fins deste Estatuto, aplica-se ao Distrito Federal, no que couber, as disposições relativas aos Estados.

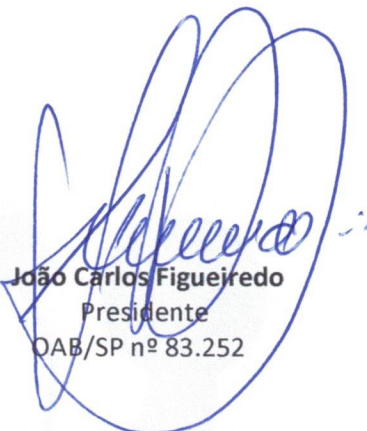
Art. 40. Fica eleito o foro da Comarca da cidade de Brasília, Distrito Federal para qualquer ação fundada neste estatuto.

Art. 40-A Fica extinta a categoria de associado benemérito da ABIPEM e revogadas as nomeações realizadas.

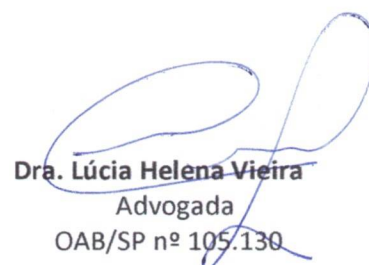
DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 41 – O preenchimento dos cargos criados nesta data, de Segundo Secretário, Segundo Tesoureiro, Suplentes das Vice-Presidências Regionais e dois cargos de suplentes do Conselho Fiscal, ficará a cargo de indicação pela Diretoria Executiva, “*ad referendum*” do Conselho Deliberativo.

Brasília 10 de Junho de 2025.



João Carlos Figueiredo
Presidente
OAB/SP nº 83.252



Dra. Lúcia Helena Vieira
Advogada
OAB/SP nº 105.130



Cartório
Marcelo Ribas

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, CASAMENTOS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
SCS Qd. 08 Bl. B-60 Sala 140-E Venâncio Shopping - Asa Sul - Brasília-DF CEP: 70.333-900
Site: www.cartoriomarceloribas.com.br Email: cartoriomribas@terra.com.br Tel.: (61) 3224-4026

Registrado e Arquivado sob o número 00002913 do livro n. A-04.
Dou fé. Protocolado e digitalizado sob nº00190171
Em 28/11/2025 Dou fé.
Titular: Marcelo Caetano Ribas
Rosimar Alves de Jesus
Selo: TJDFT20250210091545PFIB
Para consultar www.tjdft.jus.br
Emolumentos: R\$314,42



INSCRIÇÕES

Tipo de Inscrição	Valor (R\$)
RPPS Associados à ABIPEM / ASSIMPASC	1.100,00
RPPS Associado à Associações Parceiras ABIPEM	1.200,00
RPPS não Associados	1.300,00
Órgãos Públicos (exceto Instituições Financeiras) ou Entes que não possuem RPPS	1.500,00

ATENÇÃO!

Política de Privacidade: clique [aqui](#) para ler

Política de Inscrição:

Os interessados cujas Instituições sejam **RPPS Associado à ABIPEM / ASSIMPASC**, **RPPS Associado à Associações Parceiras**, **RPPS não Associado** e **Órgãos Públicos ou Entes que não possuam RPPS (Exceto Instituições Financeiras)**, deverão **POSSUIR VÍNCULO FUNCIONAL DE CARÁTER EFETIVO OU COMISSIONADO**, sendo **quaisquer outros vínculos** considerados como **Prestador de Serviços** que não constam no quadro de modalidades de inscrição.

Política de Desistência:

- até 30 dias antes do evento: ressarcimento de 70% do valor da inscrição;
- até 15 dias antes 50%;
- até 10 dias antes 30%;
- menos de 10 dias, sem ressarcimento.

Obs.: O ressarcimento será realizado mediante créditos para utilização em outros eventos da ABIPEM.

Política de Descontos:

- Instituições com 03 (três) ou mais inscritos, **POR LOTE**, receberão 5% de desconto no valor das inscrições.
- Inscrições realizadas separadamente, somente receberão o desconto a partir da terceira inscrição.

PARA EFETUAR A INSCRIÇÃO, o interessado deve, primeiro, informar no campo abaixo o número do CNPJ em que tenha vínculo funcional e que será responsável pelo pagamento da inscrição, e em seguida clicar em "Avançar". Em caso de dúvidas, basta entrar em contato pelo (61) 3323-4803 ou enviar para abipem@abipem.org.br. **Ao realizar a inscrição, você estará automaticamente concordando com as Políticas acima descritas.**

☐ **CONCORDO COM AS POLÍTICAS DE PRIVACIDADE, INSCRIÇÃO, DESISTÊNCIA E DESCONTOS**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 011000564452026
NOME: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNI
ENDEREÇO: SCLRN 711 BLOCO G LOJA 15 S/N
CIDADE: ASA NORTE
CNPJ: 29.184.280/0001-17
CF/DF 0744877200102
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU.
HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 05 de abril de 2026. *

PROGRAMAÇÃO

"Esta programação poderá sofrer alterações de conteúdo sem prévio aviso, mantendo inalterados os horários das palestras".

Atendimento MPS

Durante todo o Congresso haverá atendimento do MPS sobre DAIR, DIPR, GESCON, SIG, DRAA, DPIN, Certificação Profissional e Pró-Gestão.

CURSOS
(Para os participantes inscritos previamente ao evento - Vagas limitadas)

COMPREV na Prática
Início no dia 04/03 das 14h00 às 17h30 e término às 12h30 do dia 06/03.
Instrutores: Leonardo Motta e Rafael Forneck

04 de Março de 2026 (quarta-feira)

17:00 hs **Credenciamento**

18:00 hs **Welcome Coffee**

Auditório Principal

19:00 hs **Cerimônia de Abertura**

Palestra inaugural

19:45 hs **Resolução CMN 5272 na visão do MPS, dos RPPS e do Mercado Financeiro**

21:15 hs **Coquetel de Confraternização**

05 de Março de 2026 (quinta-feira)

Auditório 1	Auditório 2	Auditório 3
09:00 - 10:30 hs	09:00 - 10:30 hs	09:00 - 10:30 hs
1. Títulos Públicos e fundos 100% Títulos Públicos - operacionalização da compra e a meta atuarial no longo prazo	2. Operação com consignados - modelos de contratação, custos envolvidos e garantias para batimento da meta	3. Carteira administrada x fundos ativos - RF x RV
10:30 - 11:00 hs - Coffee Break		
11:00 - 12:30 hs	11:00 - 12:30 hs	11:00 - 12:30 hs
4. Avaliação e monitoramento dos riscos na Res. CMN 5272	5. Contratação dos prestadores de serviços, riscos envolvidos e conflitos de interesse	6. Execução da política de investimentos e sua fiscalização
12:30 - 14:00 hs - Almoço		
14:00 - 15:30 hs	14:00 - 15:30 hs	14:00 - 15:30 hs
7. Gestão do Desenquadramento passivo x interesse do	8. Controle externo e os investimentos dos RPPS	9. Previdência complementar e gestão

RPPS**da carteira CD**15:30 - 16:00 hs - *Coffee Break***16:00 - 17:30 hs****10. Investimentos diretos
em ativos privados -
elegibilidade e critérios de
seleção****16:00 - 17:30 hs****11. Fundos estruturados
- resultados históricos e
sustentabilidade dos
investimentos
previdenciários****16:00 - 17:30 hs****12. Fundos de
debentures de
infraestrutura e Fiagro****06 de Março de 2026 (sexta-feira)**

Auditório 1 Transmissão

09:00 - 10:30 hs**13. Pro gestão x
certificação de
investimentos - quem
prepara mais o RPPS**

Auditório 2

09:00 - 10:30 hs**14. Acompanhamento
contábil dos investimentos**

Auditório 3

09:00 - 10:30 hs**15. Fundo imobiliário
exclusivo - precificação
dos bens / escolha do
gestor e do
administrador / gestão da
carteira**10:30 - 11:00 hs - *Coffee Break***11:00 - 12:30 hs****16. Resolução CMN 5272 - Avanços e retrocessos**

Palestra de Encerramento

12:30 hs - *ENCERRAMENTO E SORTEIO DE BRINDES*13:00 hs - *ALMOÇO*



**MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN
GABINETE CIVIL DO PREFEITO**

Praça João Eufrásio de Medeiros - Nº 14 – Centro - CEP.: 59.330-000
JUCURUTU-RN – FONE/FAX: (84) 3429-2299
CNPJ – 08.095.283/0001-04

Ref. Processo Administrativo nº 043/2026

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – PREVI JUCURUTU.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA O “8º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS”, PROMOVIDO PELA ABIPEM, NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, CONFORME FOLDER DE DIVULGAÇÃO E PROGRAMAÇÃO ANEXOS.

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E DA COTAÇÃO DIRETA

1 - DO ATO ADMINISTRATIVO DE APROVAÇÃO

1.1 O Termo de Referência, como documento de planejamento que é, deve ser compreendido como um passo inicial da fase preparatória da licitação.

1.2 O preço cobrado deve demonstrar que o valor da remuneração a ser paga é o mesmo cobrado para outras instituições, permitindo-se descontos e promoções.

2 - DA JUSTIFICATIVA DE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O PREVI JUCURUTU integra o conjunto de regimes próprios de previdência social do Estado do Rio Grande do Norte, sendo responsável pelo processamento e concessão dos benefícios de aposentadorias e pensões requeridas pelos seus beneficiários.

2.2 Nesse cenário, para garantir a boa gerência dos recursos previdenciários, mostra-se relevante a permanente atualização e formação, buscando o aprimoramento das alternativas de gestão.

2.3 Diante da necessidade de constante atualização e qualificação dos agentes públicos que atuam junto ao PREVI JUCURUTU, especialmente os membros da Diretoria Administrativa e do Conselho Municipal de Previdência, mostra-se pertinente a participação em cursos de qualificação, especialmente com ênfase em RPPS e gestão pública.

2.4 Nesse contexto, requer a instauração de processo destinado à aquisição de 03 (três) inscrições para o “8º Congresso Brasileiro de Investimentos”, promovido pela ABIPEM, nos dias 04 a 06 de março de 2026, no Município de Florianópolis/SC, conforme folder de divulgação e programação anexos.

2.5 Esse congresso permitirá uma melhor qualificação no que diz respeito aos investimentos realizados pelo RPPS; além de possibilitar a troca de experiências com outros gestores e conselheiros dos demais regimes próprios de previdência.

2.6 Importante registrar, neste instante, que a ABIPEM é instituição de notório conhecimento no âmbito previdenciário, promovendo eventos de destaque a nível nacional, sempre prezando pela qualidade técnica e boa organização dos eventos.

3 – DA APROVAÇÃO



**MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN
GABINETE CIVIL DO PREFEITO**

Praça João Eufrásio de Medeiros - Nº 14 – Centro - CEP.: 59.330-000

JUCURUTU-RN – FONE/FAX: (84) 3429-2299

CNPJ – 08.095.283/0001-04

3.1. Desta feita, por vislumbrar que o Termo de Referência apresenta definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara e que a que a Cotação de Preços contém elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, APROVO-OS.

4 – DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO A LOA E COMPATIBILIDADE COM O PPA E A LDO

4.1. Declaro, para fins de atendimento ao disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 04 de maio de 2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que a despesa pública objeto do processo em epígrafe guarda total adequação orçamentária e financeira com a vigente Lei Orçamentária Anual – LOA do **Município de Jucurutu/ RN**, bem como compatibilidade com os demais instrumentos de planejamento orçamentário municipais, ou seja, com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, ora em vigor.

5 – PROVIDÊNCIAS SUBSEQUENTES

5.1. Diante da documentação acostada aos autos, a presente demanda se enquadra na previsão legal no artigo 74, III, f da Lei nº. 14.133/2021.

5.2. Encaminhem-se os autos deste processo para:

- A agente de Contratação para elaboração da Minuta do Contrato Administrativo;
- Após, à Procuradoria Jurídica para manifestação acerca da legalidade da contratação.

Jucurutu/ RN, 20 de fevereiro de 2026.

Iogo Nielson de Queiroz e Silva
Prefeita Municipal de Jucurutu/RN
(assinado digitalmente)